

EDUCAÇÃO

CONTINUADA

Educação, Tecnologia e Sociedade



Revista Educação Continuada

Educação, Tecnologia e Sociedade

São Paulo-SP, V.2 n.1, dezembro 2020

Conselho Editorial

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva
Prof. Dr. Flávio da Silva
Profa. Me. Jonathan Estevam Marinho
Me. André Santana Mattos

Comissão Científica

Prof. Dr. Flávio da Silva
Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho
Prof. Me. Marcos Roberto dos Santos
Profa. Esp. Maria Aparecida Alves Xavier

Edição Geral

Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho

Direção Institucional

Prof. Me. Enésio Marinho da Silva

E24

Revista Educação Continuada (Eletrônica) / [Editor Chefe] Prof. Me. Jonathan Estevam Marinho - Vol.2, n. 1 (Dezembro 2020) - CEQ Educacional - São Paulo (SP): Editora CEQ Educacional, 2020

66p.: Il color

Mensal

Modo de acesso: <<http://www.educont.periodikos.com.br/ed/5f60f8f20e8825522cc2702d>>

ISSN 2675-6757 (On-line)

Data de publicação: 23/12/2020

1. Ciências Humanas; 2. Educação; 3. Tecnologias de Aprendizagem;
I. Título

CDU 37/49
CDD 372.358

Bibliotecário Responsável: Emerson Gustavo Nifa | SP-010281/O



CEQ Educacional

R. Airi, 20 • Tatuapé • CEP: 03310-010 • São Paulo-SP • Telefones: 11 2546-7326 | 11 2841-2411

EDUCAÇÃO CONTINUADA

Sumário



V.2(n.1), 2020 dezembro (História, Educação e Sociedade)

Nesta segunda edição, a revista **Educação Continuada** busca abordar algumas perspectivas históricas no contexto da educação e da formação social.

ARTIGO CIENTÍFICO

p.05-18

THEATRO SÃO JOSÉ: A SÁTIRA DE SUA CONSTRUÇÃO E A INAUGURAÇÃO EM 1864

ADRIANA ZENEZI

p.19-31

O PAPEL DO DIRETOR ESCOLAR NA FORMAÇÃO DO AMBIENTE DEMOCRÁTICO

KETELIN ZAROTINO SCHEID

p.32-47

LA PESTE DE ALBERT CAMUS EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Larissa Patrício Campos de Oliveira

[PDF](#) [PDF](#)

p.48-57

DESINTERESSE ESCOLAR: FATORES E SOLUÇÕES

ODACIRA ZIN DA SILVA

ENSAIO

p.58-62

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NAS SÉRIES INICIAIS

ELAINE CAETANO DA SILVA

 PDF

RESENHA

p.63-66

RESUMO CRÍTICO DA NOVELA CORAÇÃO DAS TREVAS (CONRAD, JOSEPH)

Larissa Patrício Campos de Oliveira

THEATRO SÃO JOSÉ: A SÁTIRA DE SUA CONSTRUÇÃO E A INAUGURAÇÃO EM 1864

Autora: ADRIANA ZENEZI¹

RESUMO: O presente artigo estuda a construção e inauguração do Theatro São José, na capital da Província de São Paulo, entre as décadas de 1850 e 1860, resultado da parceria entre a Província e o empresário e Capitão da Guarda Nacional Antonio Bernardo Quartim. Através da análise de documentos referentes à construção do referido teatro, buscamos analisar as relações entre um representante da elite paulista, a administração da Província e a importância de um teatro em São Paulo durante o período de expansão econômica decorrente da lavoura de café.

Palavras-chave: Theatro São José; Antonio Bernardo Quartim; São Paulo; Economia cafeeira.

INTRODUÇÃO

Durante as décadas de 1850 e 1860 São Paulo encontrava-se em pleno crescimento econômico e populacional, fruto da lavoura de café. A cidade crescia e a riqueza se concentrava nas mãos de uma elite desejosa em equiparar-se à elite da corte, no Rio de Janeiro. Muitos são os símbolos que demonstram poder e ostentação, como a arquitetura, vestuários, móveis e a arte.

Nesse artigo procuramos explorar o Theatro São José, construído na região central da capital da então Província de São Paulo, no período entre 1854 e 1864. A construção do teatro realizada em parceria entre a Província e o empresário Antonio Bernardo Quartim, descendente de espanhóis e pertencente ao núcleo burguês da cidade. O teatro representava, além de cultura e lazer, a conquista de um espaço com arquitetura e instalações requintadas à altura da classe abastada de São Paulo e dessa forma, a idealização e a aprovação para a construção do novo teatro

¹ Artigo produzido em 2008 em parceria com Gislene Aparecida Taucchi Eduardo, Mayara Romancini Renó de Assis e Simone Dini apresentado à Universidade Cidade de São Paulo sob orientação da Dra. Valéria Aparecida Alves. O presente artigo foi revisado e modificado em 2020 pela autora supracitada.

foram comemoradas, mas logo frustradas pela morosidade da obra e pela inauguração antecipada de um edifício inacabado depois de dez anos de negociações e acordos entre Quartim e Província.

As vozes levantadas na documentação, sobretudo do Acervo Histórico da Assembléia Legislativa de São Paulo (ALESP) e do Arquivo do Estado de São Paulo (AESP) representam o poder político e o econômico, representados respectivamente pelos presidentes da Província de São Paulo e por Antonio Bernardo Quartim, desse modo, analisamos os interesses da elite no período supracitado com o intuito de entendermos a constituição do símbolo gerado pelo Theatro São José a partir dos conceitos burgueses vigentes na São Paulo das décadas de 1850 e 1860.

O CENÁRIO E SUA PLATÉIA

O cenário do presente artigo é a São Paulo da segunda metade do século XIX, espaço onde se desdobram os acontecimentos que compreendem a construção e inauguração do Theatro São José. Mas, para entender melhor a constituição deste cenário precisamos nos remeter ao início do século XIX e aos fatores econômicos, políticos e sociais desta época, e quais aspectos foram importantes para o crescimento daquela que se tornou a maior cidade do país.

A capital da província de São Paulo, situada numa região de planalto, privilegiada pela bacia hidrográfica e com clima temperado tinha características mais atraentes, já que em seu litoral sul, as cidades de Santos e São Vicente com clima mais quente e terrenos de mangues e pântanos não propícios para a agricultura dificultavam a vida de migrantes e imigrantes que foram se estabelecendo na capital. Alguns destes novos habitantes fazem parte da platéia do espetáculo a seguir, mas serão apresentados em breve:

O planalto, pelo contrário, apresenta ao povoamento condições naturais muito mais favoráveis. Constituído de terras altas e saudáveis, de um clima temperado e por isso muito mais ao gosto de colonos europeus, oferecia atrativos consideráveis. (PRADO Jr., 1998, p. 9). O autor, ainda, afirma que:

[...] Em primeiro lugar por ser o centro natural do sistema hidrográfico da região. Sem o saberem, seus fundadores tinham-no estabelecido num ponto donde irradiam em

quase todas as direções, ou pelo menos as principais, estas vias naturais de comunicação que são os cursos de água. (PRADO Jr., 1998, p. 20).

O crescimento da cidade foi um dos desdobramentos do declínio dos produtos agrícolas de exportação que sofreram interferências por mudanças ocorridas no mercado externo. No século XVIII a agricultura ficou em segundo plano em nossa economia com poucos investimentos e tecnologia atrasada, foi o período da mineração. Esta política econômica adotada pela Coroa Portuguesa de direcionar esforços a somente um tipo de cultura vem desde o período colonial com o cultivo de cana-de-açúcar, em seguida a exploração de minérios que têm auge e declínio no século XVIII, com a decadência da mineração, os produtos agrícolas ganham novo fôlego, o que Prado Jr. nomeia de “renascimento agrícola”. Há novamente a produção intensiva dos principais produtos de exportação: cana-de-açúcar, algodão, anil, tabaco, produtos ainda cultivados em planícies litorâneas “[...] O desenvolvimento da agricultura no período que temos em vista, embora bastante considerável, é muito mais quantitativo que qualitativo”. (PRADO Jr., 1976, p. 87). Ao fazer esta afirmação percebemos rastros do que está por vir nos anos seguintes. O cenário estava sendo construído.

A decadência do principal produto agrícola cultivado em grande escala na região Norte e Nordeste do Brasil, a cana-de-açúcar, ocorreu pela extração do açúcar através da beterraba. Os países que antes importavam o açúcar passam a cultivar a beterraba e protegem o seu mercado interno através do aumento das taxas de importação, esta dinâmica foi exercida pelos países europeus e pelos Estados Unidos, principais importadores do nosso de açúcar. “[...] No que diz respeito à cana, aparece no séc. XIX um sucedâneo para a produção do açúcar que a levará de vencida: a beterraba”. (PRADO Jr., 1976, p. 158).

Em meio a incertezas no mercado agrícola, um produto vem crescendo dentro da Província de São Paulo: o café. Diferente da costa sul do litoral de São Paulo, a costa norte apresentava regiões mais propícias para a agricultura, sendo assim quando o cultivo do café se estabeleceu no Rio de Janeiro se espalhou ao sul chegando a Parati e a vizinha Ubatuba, subiu a serra e chegou ao Vale do Paraíba, em seguida, mais ao interior da província, o Oeste Paulista que possuía ainda grandes regiões sem cultivo agrícola destacava-se pela plantação de cana-de-açúcar em

menor escala que outras regiões do Brasil, portanto com o declínio do preço deste produto substituíram a cana-de-açúcar pelo cultivo do café:

São Paulo fora sempre um produtor marginal de açúcar, no conjunto da economia brasileira. A tendência à queda de preço do produto, em contraste com o café, impulsionou a mudança de uma cultura para a outra. (FAUSTO, 1996, p. 200).

O mercado interno era insuficiente para absorver e consumir uma produção em larga escala, embora o hábito de consumir café se generalizasse no Brasil, os produtores necessitavam comercializar o produto com o mercado externo [...] “Os Estados Unidos tornaram-se o principal país consumidor do café brasileiro, exportado também para a Alemanha, os Países Baixos e a Escandinávia”. (FAUSTO, 1996, p.189).

Tabela 3. Brasil – Exportação de Mercadorias (% do valor dos oito produtos principais sobre o valor total da exportação)

Decênio	Total	Café	Açúcar	Cacau	Erva-mate	Fumo	Algodão	Borracha	Couros e Peles
1821-1830	85,8	18,4	30,1	0,5	-	2,5	20,6	0,1	13,6
1831-1840	89,8	43,8	24,0	0,6	0,5	1,9	10,8	0,3	7,9
1841-1850	88,2	41,4	26,7	1,0	0,9	1,8	7,5	0,4	8,5
1851-1860	90,9	48,8	21,2	1,0	1,6	2,6	6,2	2,3	7,2
1861-1870	90,3	45,5	12,3	0,9	1,2	3,0	18,3	3,1	6,0
1871-1880	95,1	56,6	11,8	1,2	1,5	3,4	9,5	5,5	5,6
1881-1890	92,3	61,5	9,9	1,6	1,2	2,7	4,2	8,0	3,2
1891-1900	95,6	64,5	6,6	1,5	1,3	2,2	2,7	15,0	2,4

Fonte: Censário Estatístico do Brasil, nº 1, C. E. e nº 12-A, do Serviço de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda, em Hélio Salbador Silva, “Condições e Características Gerais do Comércio Exterior no Século XIX”, *Revista de História de Economia Brasileira*, ano 1, jan. 1953, p. 8.

(FAUSTO, 1996, p. 191)

É neste contexto que a cidade começa a sofrer transformações. Em um primeiro momento há a preocupação do escoamento da produção cafeeira, principalmente advinda da região oeste, já que a região do Vale do Paraíba escoava sua produção para o porto do Rio de Janeiro. Em 1868 é inaugurada a estrada de ferro Santos a Jundiá, então, São Paulo torna-se passagem obrigatória para os produtos de exportação e importação e se consolida como entroncamento ferroviário e entreposto comercial. “[...] A instalação da ferrovia representou um salto na afirmação da cidade como centro exportador.” (FAUSTO, 1996, p.201).

Segundo Prado Jr. (1983) a produção de café representou quase toda a riqueza do país durante a maior parte do século XIX, chegando quase ao monopólio como produtor mundial e contribuindo com mais de 70% da economia nacional. Demonstrando a importância econômica do café, Prado Jr. ainda afirma que:

Social e politicamente foi a mesma coisa. O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país, depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. [...] O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira [...] (PRADO JÚNIOR, 1983, p. 167).

Surge uma nova personagem na elite brasileira. Entra em cena a burguesia cafeeira. Esta elite consolidada reforçava as três bases de sustentação que mantinham o regime Imperial no Brasil: os latifúndios, a mão-de-obra escrava e a monocultura. “[...] O imperador e a burocracia imperial atendiam à essência dos interesses dominantes, ao promover a ordem em geral, ao dar tratamento gradativo ao problema da escravidão etc.”. (FAUSTO, 1996, p.190). Em 1872 se dá a inauguração da estrada de ferro Jundiaí-Campinas pela Companhia Paulista, cinco anos depois de entrar em operação a primeira linha férrea da província, entre Santos e Jundiaí. Além do papel da ferrovia, os serviços de infra-estrutura na cidade tais como: iluminação a gás, bondes, o alargamento de ruas e estradas, construção de jardins públicos, entre outros, preparava a cidade para os anseios da burguesia cafeeira. “[...] uma série de reformas urbanas com o objetivo expresso de atrair grandes fazendeiros e capitalistas do interior”. (FRESHSE, 2005, p. 53).

O espaço foi designado ao acaso e sem pretensões, o cenário é erguido rapidamente e a platéia está ansiosa pela estréia. Os espectadores, do tão aguardado espetáculo, são de fato a razão para a construção de um teatro aos moldes europeus numa cidade ainda provinciana, mas experimentando os frutos de suas riquezas.

Apresentamos a platéia pela ordem de chegada. Os primeiros a se estabelecerem na cidade desde o início do século XIX, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco foram precursores de muitos acontecimentos na capital da província.

A faculdade de Direito surgiu no Brasil durante o Império com a clara intenção de formar nossa elite dirigente. Apesar de conduzidos para os jovens das famílias que ocupavam os mais altos postos na hierarquia econômica, estes cursos eram gratuitos com a justificativa de que a formação destes estudantes servia ao interesse nacional.

Advindos de famílias abastadas, os estudantes também queriam trazer civilidade para a cidade. A busca por um espaço cultural que fosse de encontro aos desejos desta classe foi um dos fatores que impulsionaram a construção do Theatro São José, que recebeu diversas Companhias de Teatro e foi local de ostentação, riqueza e luxo, comprovando então, que os espaços culturais construídos com capital público nesse momento não atendiam às classes menos favorecidas da sociedade.

Com ingressos garantidos pelos seus filhos, os grandes latifundiários do café, chegam em seguida para assistir a peça. A burguesia cafeeira preocupava-se em adequar seus costumes aos modos de vida europeus. “O processo de transformação da cidade tinha como meta exteriorizar a riqueza conquistada com a economia cafeeira. A elite paulistana estava desejosa de aproximar-se dos símbolos da civilização.” (ASSUNÇÃO, 2004, p.100). Portanto, ostentar o poderio econômico era imprescindível, e esse fator foi uma das marcas do período de estabelecimento da soberania da economia cafeeira no país e uma das formas de sua representação. “São Paulo [...] reunia elementos suficientes, desejados pela burguesia cafeeira, para consolidar a modernidade e a civilidade, conforme os padrões de valores culturais europeus”. (ASSUNÇÃO, 2004, p. 125). Portanto, esta classe social em plena ascensão começou a estabelecer residência na capital da província, e trazer sua família, seus empregados e a mão-de-obra escrava.

[...] em 1872 as freguesias da Sé, Santa Ifigênia, Consolação, São Bernardo, Penha, Ó e Brás contam com aproximadamente 26.040 habitantes, chegam ao ano de 1886 com 47.697. Recenseamento Demográfico, Escolar e Agrícola-Zootécnico de São Paulo (20 de setembro de 1934). (PAULA, Eurípedes Simões de. *apud*, Fraya, 2005, p. 53).

Na platéia têm um espectador que participa dos ensaios e senta em cadeira especial no camarote, membro da elite, teve interesses além dos culturais pela construção do Theatro São José: Antonio Bernardo Quartim.

O PROTAGONISTA

Como não podia deixar de ser, nossa história sobre o Theatro São José também tem um personagem importante, um protagonista: Antonio Bernardo Quartim.



(QUARTIM, S.d., p. 42.)

De acordo com Quartim (1981), o empresário Antonio Bernardo Quartim era neto do Duque de Almada e filho de Antônio Maria Quartim, Tenente Coronel nascido em Gibraltar, na Espanha, e pioneiro na indústria mecânica de tecidos de algodão em São Paulo, com fábrica e residência localizada na Ladeira Porto Geral, conhecida na época por Beco do Quartim. Antônio Maria casou-se com Matilde Eufrosina de Castro, com quem teve sete filhos. O quinto filho, nascido em 03 de outubro de 1822, é aqui o protagonista na construção do Teatro São José.

Embora a Província de São Paulo estivesse caminhando para o apogeu da economia cafeeira, Quartim integrava a elite advinda do comércio têxtil. Seu pai havia recebido duas sesmarias, uma na região de Porto Feliz e outra na Ilha de Búzios, no entanto, a família não voltou seus negócios para a crescente cafeicultura e seu pai perdeu toda sua fortuna antes de morrer. (QUARTIM, 1981).

Em 1842, Quartim foi voluntário na defesa da capital contra os revolucionários do Brigadeiro Tobias (QUARTIM, 1981), em 1848 foi nomeado Alferes da Guarda Nacional, em 1849, tenente e quatro anos depois, tornou-se Capitão, tendo ficado na ativa por apenas dois anos (AESP, encadernados 545 e 547; caixa 2214). Segundo Quartim (1981), o empresário casou-se em 1849 com Henriqueta Eulália de Molina com quem teve doze filhos.

O Capitão Antônio Bernardo Quartim destacou-se na

política de São Paulo oitocentista. Ainda segundo Quartim (1981), em 1846, substituiu seu pai na administração do Jardim da Luz, onde realizou diversas construções e modificações. Foi nomeado diversas vezes inspetor de obras públicas, como ocorreu em 1874, quando se constituiu o edifício da Câmara Municipal na esquina da Rua 15 de Novembro com a Rua do Tesouro. Foi também o responsável pelas obras de adaptação do mercado público, na Rua das Casinhas, também na década de 1870. Além, é claro, da obra que é objeto desse artigo: o Theatro São José.

Conta sua filha, Maria da Glória (Maricota), que Antônio Bernardo Quartim, na época da aprovação da construção do Theatro São José, mudou-se de um pequeno sobrado, no Largo da Misericórdia, para um suntuoso Palacete:

“Meu pai tinha um rico temperamento, exuberante, mudou-se logo para o Palacete Jordão, situado num dos Quatro Cantos da Rua Direita, então enorme casarão colonial, com jardim ao fundo, dois terraços, estátuas e enorme poço no quintal. Tinha sete salas e um enorme salão, conhecido de toda São Paulo, pois foi Hotel de Itália ou Hotel Maragliano e, mais tarde, Hotel de França! O primeiro número de CORREIO PAULISTANO, em 1854, noticia um dos muitos bailes que ele deu, numa sociedade fundada por ele, que se chamou CASSINO.” (QUARTIM, 1981, p.12).

A declaração de Maricota nos permite enxergar a vida luxuosa do “Capitão”, que seguindo padrões burgueses de ostentação, passou a residir em enorme Palacete, freqüentava as melhores rodas da elite paulistana, promovia comentadas festas em sua residência e recebia pessoas influentes em seu camarote no teatro:

“[...] meu pai que, franco, amável e amigo de convivência, convidava várias pessoas de suas relações, como a família do Conselheiro Manoel Dias, família Segurado, de Dom Manoel do Vale e Veigas, Garcia e muitas outras, (para) nosso camarote, (que) era grande, somado ainda a outro camarote pertencente a minha tia, Domitila Quartim de Paiva, casada com José Elias de Paiva, conhecidíssimo Capitão da Guarda Nacional [...]” (QUARTIM, 1981, p.16)

Sua participação na vida política de São Paulo rendeu-lhe muitos opositores, críticas e espaço nos periódicos da época, desse modo, o empresário ficou conhecido pela má qualidade de suas obras. Pela construção do Mercado Público, foi ridicularizado ao ser nomeado “supremo

architecto das obras públicas da capital”, uma vez que as obras do Mercado arruinaram a casa de uma senhora, chamada D. Rita Bourroul. (Informativo do AHWL, nº10 – jan/fev 2007). O empresário foi responsabilizado pela edificação do prédio sem planta e foi notícia em jornal da época, em um artigo intitulado *O capitão Quartim ou o popular A.B.Q., em scena*:

“É voz pública que o capitão delineou e executa o edifício em questão Já se sabe - planta mental - mesmo porque isto de planta em risco: Não se admite em jardim Que administra Quartim.” (Informativo do AHMWL, nº10 – jan/fev 2007, p. 10).

O versinho citado também faz alusão às obras que Quartim empreendeu no Jardim da Luz durante sua administração. O “Capitão” também utilizou dos jornais para se mostrar ofendido com tais acusações, mas elas já haviam extrapolado a imprensa e estavam na Assembléia Legislativa, sendo que muitos opositores políticos criticavam a atuação do empreiteiro de obras públicas, que, como se não bastasse a incompetência para a construção civil, ainda era amigo e correligionário político do presidente conservador da província, João Teodoro.

“O que mais irritava os deputados da oposição era o fato de que grande parte das obras realizadas durante a gestão João Teodoro estava sob a responsabilidade do Capitão da Guarda Nacional Antônio Bernardo Quartim, um empresário de obras públicas amigo do presidente da Província e notoriamente desonesto e incompetente. Tudo o que construía ficava extremamente caro, feio e mal feito.” (Informativo do AHMWL, nº 04 – jan/fev 2006, p. 4).

Com relação ao Theatro São José não foi diferente, pois em 1864, durante o governo do Barão Homem de Mello, na Praça João Mendes, que já se chamou Largo do Theatro, de São Gonçalo e da Cadeia, no local onde hoje existe a Catedral da Sé, o teatro foi inaugurado. Mas, somente dez anos depois estaria de fato concluído, durante o governo de João Teodoro, o primeiro urbanista da capital. A obra havia se iniciado em 1858, e o nome do capitão já circulava nos jornais que noticiavam a lentidão da construção.

O presidente da Província Joaquim Saldanha Marinho, em 1868, afirmava: “Eis a história da malfadada obra do

Theatro São José desta Capital e cuja moralização deixo completamente ao vosso critério” (AMARAL, 1979, p. 82). É sabido que a obra foi prolongada e que inúmeros empréstimos e revisões de orçamentos foram feitos e que mesmo após a inauguração estava inacabado. Essa afirmação do presidente da Província está de acordo com as suspeitas de desonestidade e corrupção do empresário do teatro.

O interesse de Quartim pelo teatro não se limitou à sua construção, ele foi empresário de uma companhia dramática, em 1865, e casou um de seus filhos com uma atriz italiana (QUARTIM, 1981). Amaral (1979), conta que para proporcionar espetáculos, Quartim criou, em parceria com o ator Joaquim Augusto Ribeiro de Souza, uma companhia dramática que recebia do governo uma subvenção de 4:000\$rs, enquanto Joaquim figurasse no elenco. A saída do ator no ano seguinte levou à suspensão da subvenção, e Quartim, a fim de que se restabelecesse o auxílio, escreve ao Presidente da Província:

“[...] rogo a V. Exa. a graça de ordenar ao Tesouro Provincial o pagamento mensal da limitada subvenção concedida à Companhia Dramática, que foram interrompidos pelo motivos mencionados, para auxílio das despesas que estão fazendo, e mui principalmente na quadra atual, em ficarem as famílias dos atores sem meios de subsistência, e o público ao mesmo tempo privado do único recreio que temos nesta cidade, que hoje se torna uma necessidade a ser a conservação, certo da justiça de V. Exa. e no bem do país, que tanto tem feito; a de merecer de V. Exa. a sua valiosa proteção e apoio. Deus Ge. a V. Exa. São Paulo, 5 de janeiro de 1867. Ilmo. E Exmo. Sr. Desembargador José Tavares Bastos, D. Presidente da Província. Antônio Bernardo Quartim, Empresário do Teatro” (AMARAL, 1981, p. 92)

O pedido do empresário de nada adiantou e extinguiu-se a Companhia de Quartim por falta de subvenção do Governo.

Em 1877, decidiu abandonar a vida na cidade e retirar-se para a “roça”, um sítio na Vila Maria, onde hoje fica o Trote. Em 26 de Dezembro, Quartim escreveu uma carta para sua filha Maria da Glória, na qual se mostra desencantado com a sociedade, que só prestigiava os ricos

e não dava importância aos valores morais, e interessado em resgatar a nobreza de sua família:

“[...] A Capital para mim não tem atractivos, hoje he uma cidade de estrangeiros, de gente egoísta e quem não tem dinheiro nada vale (...). O Rocha veio da Europa, esteve com o meu Tio Pedro (...) elle mandou a Cópia dos Pergaminhos de nossa Família, brazões de armas e privilégios de nobreza de toda a geração Quartim. Nosso avô foi o Duque de Almada, e toda nossa descendência tem o direito a carta o título de Fidalgo Português, concessão feita por D. João 4º pelos serviços prestados na restauração de Portugal. Meu pai como tivesse perdido sua fortuna queimou todos esses documentos no Brasil onde a democracia tudo quer igualar, pela corrupção nada vale, mas na Europa, a bluzza não tem assento onde entra a Cazaca do homem nobre. Eis a razão porque sinto não ter hum filho, com juízo e dedicação à ciência para algum dia procurar retomar em seo País a posição de seus progenitores[...].” (QUARTIM, 1981, p.52)

A carta evidencia o descontentamento do Capitão com a cidade de São Paulo, com os novos valores, as novas concepções, que diferiam das tradições do tempo do Império. Antônio Bernardo Quartim pertenceu, de fato, a elite paulistana e desfrutou de inúmeros privilégios por conta de sua relação com políticos imperiais, ostentando sua fortuna para toda sociedade. Em um Brasil e em uma São Paulo que já difundia ideias republicanas, Quartim não encontrou mais seu espaço:

“[...] Por isso vivo em um mundo aparte, isto he para mim só, e aqueles filhos que se sujeitão a meo modo de vida, sem me envolver, no que chamão progresso moderno, sem Fé, sem lei, e sem lealdade, enfim acho tudo isto péssimo, prefiro o mato à falsa civilização actual. Estimarei vossa saúde e de vossos filhos, recebi a minha benção. Vosso Pai. Bernardo.” (QUARTIM, 1981, p. 52).

Ao encerrar a carta, Quartim critica o falso progresso da modernidade, evidencia seus valores burgueses e excludentes, não aceitando se misturar a essa sociedade

moderna e progressista, afirmando seu desejo de retorno a uma sociedade moralista e tradicional. Quartim então, se afasta da sociedade e do que ele chama de “falsa civilização”, falecendo em 11 de junho de 1888, ainda longe da sociedade na qual se projetou. Para compreender o período áureo vivenciado pelo “Capitão”, vamos acompanhar os ensaios da construção do Theatro São José.

OS ENSAIOS

Chegamos ao conturbado e longo período de construção do Theatro São José.

Desde 1836 as solicitações para a construção de um novo teatro chegavam ao presidente da Província. A cidade já contava com a Casa da Ópera, localizada no Pátio do Colégio, espaço cultural que inicialmente foi utilizado pelos jesuítas e mais tarde foi arrendado por estudantes da Faculdade de Direito, no entanto, esta não possuía acomodações e instalações confortáveis, além de sua arquitetura considerada simplória para a sociedade que se configurava naquele momento, brevemente discutida em *O cenário e sua platéia*. Segundo Bruno (1991) a Casa da Ópera chegou a tamanho estado de decadência e ruína que não era possível que continuasse a servir. Contudo, conforme relata Amaral (1979) tratava o Governo de construir uma nova casa de espetáculos que estivesse à altura do progresso pelo qual passava a capital da Província.

Devido a esses acontecimentos um novo teatro foi requisitado e no ano de 1854 foi assinado o contrato para a construção do teatro da capital entre o empresário Antonio Bernardo Quartim e a Província de São Paulo:

Cópia 1063 8 2
Acto de concessão de prazo de Setembro de 1854, este cento e cinquenta e quatro, nesta Imperial Cidade de São Paulo, e Capital do governo, onde se achava o Excellente Senhor Doutor José Antonio Saraiva, Presidente da Província, compareceu o Capitão Antonio Bernardo Quartim e declarou que, em virtude de disposto no artigo primeiro paragrafo vinte e um da Lei Provincial numero trinta e dez de Maio d'este anno, contractou com o mesmo Excellentissimo Senhor a construção de um Theatro nesta Capital com as seguintes condições.

“Aos deseseis dias do mes de Setembro de mil oito centos cincoenta e quatro, nesta Imperial Cidade de São Paulo, e Palácio do Governo, onde se achava o Excellentissimo Senhor Doutor José Antonio Saraiva, Presidente da Provincia, compareceu o Capitão Antonio Bernardo Quartim, e declarou que, em virtude do disposto no artigo primeiro, paragrapho vinte um da Lei Provincial numero trinta de dez de Maio d’este anno, contractava com o mesmo Excellentissimo Senhor a construção de um Theatro n’esta Capital com as seguintes condições”. (ALESP, 1854, IO63.8.2).

O contrato assinado em 16 de Setembro de 1854 nos mostra a parceria entre a Província, representada pelo então presidente José Antonio Saraiva e Antonio Bernardo Quartim, firmando através do documento a parceria que se estendeu durante dez anos. Porém, somente em 1855, a ALESP decretou a aprovação do contrato :

A Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo decreta:
Art. 1.º Fica approvedo o contracto celebrado pelo Governo em data de 16 de Setembro do anno proximo passado com Antonio Bernardes Quartim para construção d’um Theatro n’esta Capital com as alterações constantes da proposta apresentada pelo dito contratante, e seguintes:

“A Assembléa Legislativa Provincial de S. Paulo decreta: Art. 1.º Fica approvedo o contracto celebrado pelo Governo em data de 16 de Setembro do anno proximo passado com Antonio Bernardes Quartim para construção d’um Theatro n’esta Capital com as alterações constantes da proposta apresentada pelo dito contratante e seguintes”: (ALESP, 1855, PR55.4).

A partir desses dois trechos retirados do contrato que acordava a construção do teatro e o decreto que aprovava o contrato, duas questões são lançadas: Por que este longo período para a aprovação de um contrato assinado um ano antes? Qual seria o empecilho para tão longo espaço de tempo?

Essas questões enveredam uma série de outras, já que não há uma explicação clara ou plausível, de acordo com a documentação, para essa obra que sofreu constantes

atrasos para sua efetivação.

Na assinatura do contrato e no decreto da ALESP foi celebrado como contra-partida pela parceria do empresário, concessão de usufruto do Theatro São José por um período de vinte anos:

§ 4.º A Provincia somente poderá dispor da metade que lhe pertence no Theatro passado 20 annos depois de concluido o edificio dando preferencia ao contratante em igualdade de circunstancias.

§ 5.º O prazo de 40 annos de que trata a proposta no art. 9.º fica redusido a 20 annos.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario.—
S. R. Paula Machado, Costa Cabral, Corrêa, Pereira Chaves, Carvalho, Padre França, Mendonça, Ribas, Soares de Sousa, José Vicente, Valadão, Padre Toledo, Seritorio.

“§4.º A Província somente poderá dispor da metade que lhe pertence no Theatro passado 20 annos depois de concluido dando preferencia ao contratante em igualdade de circunstancias.

§5.º O prazo de 40 annos de que trata a proposta no art. 9.º fica redusido a 20 annos.

Art. 2.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario. –

S. R. Paula Machado, Costa Cabral, Corrêa, Pereira Chaves, Carvalho, Padre França, Mendonça, Ribas, Soares de Sousa, José Vicente, Valadão, Padre Toledo, Seritorio”. (ALESP, 1855, PR55.4).

Neste acordo é possível notar as relações entre o empresário e a província, que se desenrolam durante todo o período de construção do teatro e se prolongam para além de sua inauguração. Esse dado aponta para a consideração sobre o poder da elite que utilizava sua influência econômica para guiar os rumos de diversos segmentos a seu favor e dentre eles, a cultura.

Vários locais foram cogitados para a construção do “novo teatro”, que foi batizado com esse nome em homenagem ao presidente da Província, José Antônio Saraiva, responsável pelo acordo com Antonio Bernardo Quartim. O primeiro local indicado, segundo Amaral (1979), seria o mesmo em que se erguia à Casa da Ópera, porém a Câmara Municipal apontou inconvenientes de semelhante localização, alegando que tiraria a vista do Palácio do Governo e privaria o cômodo público. O segundo local seria quase defronte ao Palácio. O terceiro local seria no barracão da Rua do Carmo, que pertencia a Câmara Municipal, conforme está no contrato:

2ª O Theatro será construido, não no Largo do Palácio, mas no Barracão da rua do Carmo, pertencente a Camara Municipal, sendo desapropriado os terrenos contiguos, que sejam absolutamente necessarios para esse fim.

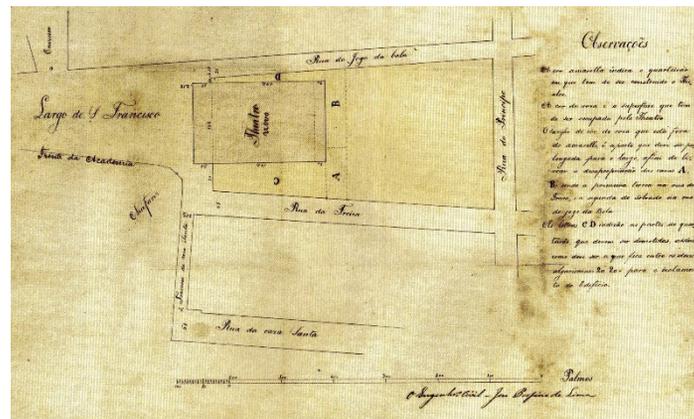
“2ª O Theatro será construido, não no Largo do Palácio, mas no Barracão da rua do Carmo, pertencente a Camara Municipal, sendo desapropriado os terrenos contiguos, que sejam absolutamente necessarios para esse fim”. (ALESP, 1854, IO63.8.2).

Podemos verificar, conforme o documento citado de 1854, que antes do decreto que aprovava sua construção, a discussão em torno da localidade do Theatro São José já ocorria, podendo ser uma das causas para a demora na efetivação da aprovação via decreto ocorrida em 1855.

A quarta e a quinta localidades sugeridas foram no largo de São Francisco, em dois pontos distintos: a primeira ficava na esquina fazendo frente para a Igreja e para o Cruzeiro e a segunda no quarteirão que ficava entre as ruas da Freira e do Jogo da Bola. Conforme o decreto de aprovação do contrato e o mapa do local:

§ 1.º O Theatro será construido no largo de S. Francisco em o lugar indicado pelo Engenheiro José Porfirio de Lima, e segundo o plano por elle apresentado, relativos ao local e edeficio.

“§1.º O Theatro será construido no largo de S. Francisco em o lugar indicado pelo Engenheiro José Porfirio de Lima, e segundo o plano por elle apresentado relativos ao local e edeficio”. (ALESP, 1855, PR55.4).



(KAREPOVS, 2006, p. 101)

Após várias discussões referentes à localização do teatro e a definição de onde seria edificado, no ano de 1856, o empresário Antonio Bernardo Quartim, fez uma reclamação quanto ao terreno em que se localizaria o teatro:

Diz Antonio Bernardo Quartim, que havendo contractado com o Governo da Provincia a construção de hum novo Theatro nesta Capital, em virtude da authorisação concedida a este pela Lei N.º 21 de 16 d'Abril de 1854 artigo 1.º e havendo este contracto sido approvedo pela Lei de 9 de Abril de 1855, com as alterações constantes da mesma Lei, às quaes a Supp.ª por officio de 6 de Maio do mesmo anno declarou ao Exm.º Governo dar a seo assentim.º, e estar prompto a continuar a obra q. havia sido interrompida por ordem do do m.º Governo só restava, que por parte de deste se lhe fizesse entrega do terreno preciso para a construção, e do restante da primeira prestação, tudo em conformidade dos artigos 1.º, 2.º e 3.º da citada Lei do anno passado. Deves estar ao facto Exm.º Gov. de 1855.

“Diz Antonio Bernardo Quartim, que havendo contractado, com o Governo da Provincia a construção de hum novo theatro nesta Capital, em virtude da authorisação concedida a este pela Lei N.º 21 de 16 d'Abril de 1854 artigo 1º e havendo este contracto sido approvedo pela Lei de 9 de Abril de 1855, com as alterações constantes da mesma Lei, às quais a Suppª por officio de 6 de Maio do mesmo anno declarou ao Exmº Governo dar a seo assentimº, e estar prompto a continuar a obra que havia sido interrompida, por ordem do mesmo Governo só restava que por parte deste se lhe fizesse entrega do terreno preciso para a construção, e do restante da primeira prestação, tudo em conformidade dos artigos da citada Lei do anno passado”. (ALESP,

1856, IO56.10.1).

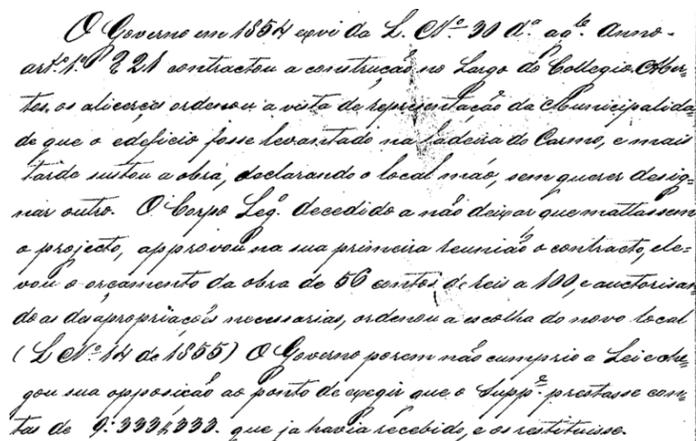
A discussão permanecia, pois o terreno escolhido e aprovado ainda não havia sido entregue e dessa forma, somente após quatro anos da assinatura do contrato o local foi escolhido:

“1.º - Edificar um teatro na esquina do lado esquerdo da Rua do Imperador, com frente para o Largo de São Gonçalo, no terreno comprado pelo Governo e que pertenceu ao Mosteiro de São Bento, Lúcio Manoel Félix dos Santos e Antônio de Araújo Tavares”. (AMARAL, 1979, p. 74).

Enfim as obras foram iniciadas no ano de 1858. Os custos com a obra eram divididos entre o empresário e a província:

[...] autorizou o Poder Executivo a contratar a “construção de um novo teatro conforme o plano e orçamento apresentado por Antonio Bernardo Quartim”, pela importância de 28:000\$000, paga em três parcelas, ficando autorizado a despende, no ano financeiro a quantia de 9:333\$333”. (AMARAL, 1979, p. 61).

Estes custos e reclamações por parte do empresário e o não cumprimento da lei por parte da província vinha sendo reclamado com frequência pelo empresário Antonio Bernardo Quartim. Mas, também o governo queria que o empresário prestasse conta do valor pago para ele referente a primeira prestação acordada. No documento a seguir fica clara a desavença entre ambos:



O Governo em 1854 e por da L. nº 30 de 20 de Junho de 1854, contractou a construção no Largo do Collegio. Depois, os alicerces ordenou a vista de representação da municipalidade de que o edificio fosse levantado na Ladeira do Carmo, e mais tarde sentou a obra, declarando o local mau, sem querer designar outro. O Corpo Leg. decedido a não deixar que mattassem o projecto, approvou na sua primeira reunião o contracto, elevou o orçamento da obra de 56 contos de réis a 100, e autorizando as desapropriações necessárias, ordenou a escolha do novo local (L. nº 14 de 1855) O Governo porém não cumpriu a Lei e obrigou sua opposição ao ponto de exigir que o Supp. prestasse conta de 9:333\$333. que já havia recebido, e os restituísse.

“O Governo em 1854 [...]da L. nº 30 [...]

anno. Artº 1º §21 contractou a construção no Largo do Collegio nestas, os alicerces ordenou à vista de representação da municipalidade que o edificio fosse levantado na Ladeira do Carmo, e mais tarde sentou a obra, declarando o local mau, sem querer designar outro. O Corpo Legislativo decedido a não deixar que mattassem o projecto, approvou na sua primeira reunião o contracto, elevou o orçamento da obra de 56 contos de réis a 100, e autorizando as desapropriações necessárias, ordenou a escolha do novo local (L nº 14 de 1855) O Governo porém não cumpriu a Lei e obrigou sua opposição ao ponto de exigir que o Supp. prestasse conta de 9:333\$333 que já havia recebido, e os restituísse”. (ALESP, 1863, IO63.9.1).

O documento citado indica que houve um reajuste decorrente às alterações de localidade da construção acarretando um gasto maior ocasionado por desapropriações não inclusas no orçamento concebido para o contrato. Nota-se um entrave entre a Província, que solicitava prestação de contas sobre a parcela concedida e o suplicante (no documento *Supp.*), Antonio Bernardo Quartim, que se valia amparado na defesa das desapropriações.

Neste mesmo período há uma carta escrita pelo empresário, na qual descreve:

Pelo abatimento individo que se me fez no Thesouro Provincial quando se computou a somma q me tocava para a construcção do theatro; da quantia de 8.900\$000 recebido em 1854, e parte de cuja somma tendo sido despendido nas obras da construcção de um theatro no Largo do Palácio e Barracão do Carmo, e gasto com extravios de madeira, digo materiaes, restando apenas em a de 5.600\$000 contado consta das contas q apresentei ao Exm^o Governo nessa época, e a qual não me devia ter sido levada em conta porque conforme ficou estipulado entre o Exm^o Governo e eu em Fevereiro de 1858, foi-me ella revelada fazendo eu cessão de uso fructo do velho Theatro para ser demolido pelas despesas não previstas no orçamento, e augmento nos tamanhos das madeiras, e preços d'ella feito pelos Senhores Engenheiros Coronel Oliveira Monteiro como consta do documento N^o

“Pelo abatimento individo que se me fez no Thesouro Provincial quando se computou a somma que me tocava para a construção do theatro da quantia de 8:900\$000 recebido em 1854, a parte de cuja somma tendo sido despendido nas obras da construção de um theatro no Largo do Palácio e Barracão do Carmo, e gasto com extravios de madeira, digo materiaes, restando apenas em a de 5:600\$000 contado consta das contas que apresentei ao Exm^o Governo nessa época, e a qual não me devia ter sido levada em conta porque conforme ficou estipulado entre o Exm^o Governo e eu em Fevereiro de 1858, foi me ella revelada fazendo eu cessão de uso fructo do velho Theatro para ser demolido. Pelas despesas não previstas no orçamento, e aumento nos tamanhos das madeiras e preços d’ella feito pelos Senhores Engenheiros Coronel Oliveira Monteiro como consta do documento”. (ALESP, s.d., IO63.9.3).

O documento de autoria de Antonio Bernardo Quartim mostra que a obra sofreu reajuste orçamentário por despesas não previstas. Além disso, o empresário relata o extravio de madeira, mas não especifica se o material foi perdido porque danificou ou desapareceu do canteiro de

obras. O documento aponta também um aumento nos tamanhos da madeira, mas de modo superficial, sem especificar se por erro de cálculo ou por consequência da alteração do local da construção. A Província reclamava e de fato, Quartim era impreciso ao solicitar tais reajustes, o que acarretava desconfiança quanto a sua idoneidade em gerir uma obra.

Antonio Bernardo Quartim, integrante da elite paulista, tornou-se o protagonista de críticas devido ao longo período de obras que submeteu o teatro e aos constantes pedidos de revisões orçamentárias que ocorreram durante todo o período de construção até a apressada inauguração em 1864.

A PRÉ-ESTRÉIA

Finalmente a inauguração. O Theatro São José abriu suas portas ao público no dia quatro de setembro de 1864, após dez anos de acaloradas discussões que incluíram o local da edificação e a sua construção.

As constantes revisões orçamentárias, já tratadas em “Os Ensaíos” foram o principal agente do conflito e demora da construção. Segundo as reclamações do empresário Antonio Bernardo Quartim, este não recebia a quantia devida para andamento e conclusão da obra e sem os reajustes por ele solicitados, a viabilidade de entrega do teatro ficava seriamente comprometida. Desse modo, o empresário transferiu a responsabilidade para a Província e se isentou de qualquer culpabilidade pela morosidade na entrega do teatro. Estabeleceu-se uma espécie de jogo, no qual Quartim e Província de São Paulo trocavam correspondências de acusações pela longa execução e conclusão do teatro.

O documento da ALESP (1864) é uma das cartas do empreiteiro à Província, por intermédio da Assembléia Legislativa, na qual solicita pagamento para o término da obra e justifica o seu posicionamento passivo referente ao término da construção:

Illmo. e Exmo. Senhor
CJ64.18.3

Tendo V. Exa. se designado attender a reclamação que fiz, da necessidade urgente que tinha de [], de [adiantamento] do novo Theatro, venho novamente poderar a V. Exa. o seguinte, fica a obra assim segura, mas sem poder ser concluída, para funcionar qto edificio, necessita dispendir a quantia de quarenta contos de réis, ora achando-se a Província a dever-me ainda a quantia de quatorze contos, novecentos mil réis, faz-me grande falta esta somma, serei obrigado a despedir o pessoal abilitado que tenho, materiais que se perdem, se estravião e o publico e os accionistas do Theatro, privados de seu gozo, etc tem direito a serem indenizados do

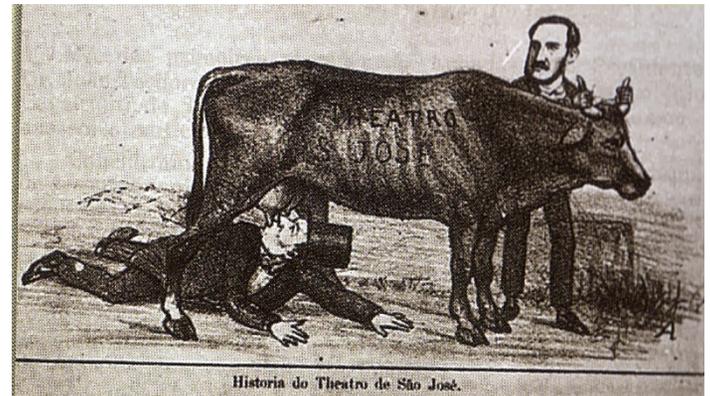
“Illmo. e Exmo. Senhor

Tendo V. Exa. se designado attender a reclamação que fiz, da necessidade urgente que tinha de [], de [adiantamento] do novo Theatro, venho novamente poderar a V. Exa. o seguinte, fica a obra assim segura, mas sem poder ser concluída para funcionar qto edificio, necessita dispendir a quantia de quarenta contos de réis, ora achando-se a Província a dever-me ainda a quantia de quatorze contos, novecentos mil réis, faz-me grande falta esta somma, serei obrigado a despedir o pessoal abilitado que tenho, materiais que se perdem, se estravião e o publico e os accionistas do Theatro, privados de seu gozo [...].” (ALESP, 1864, CJ64.18.3).

Antonio Bernardo Quartim, no documento citado, responsabiliza a Província – em tom quase melodramático – pela paralisação da obra. A falta de pagamento ao empresário, segundo o próprio, colocava-o em dificuldades financeiras, ocasionando, inclusive, a demissão de empregados. Quartim também vitimiza o público e os acionistas, pois o esperado e desejoso teatro novo da Província, um dos símbolos da crescente economia cafeeira não poderia ser questionado quanto sua

funcionalidade, pois colocaria em questão a classe por ele ansiosa.

Se por um lado nosso protagonista se queixava, por outro, a Província, como já foi mencionado, questionava sobre os reajustes ao passo que a construção caminhava lentamente e era motivo de críticas como podemos constatar pela charge abaixo, retirada do periódico *O Cabrião*, de 1858:



(CABRIÃO *apud*. KAREPOVS, 2006, p. 98)

A charge de autoria de Ângelo Agostini satiriza a situação, ainda no início das obras, em que se encontrava a relação entre a Província, na figura de seu presidente José Tavares Bastos, e o empreiteiro Antonio Bernardo Quartim, que se deleitava às custas do Theatro São José, representado na imagem por uma vaca. Agostini, através da charge, demonstra o que pensava a platéia sobre os acontecimentos acerca do teatro e o descontentamento já evidente seis anos antes da inauguração.

A situação tomava tal proporção que finalmente um desejo comum aliou Quartim, a Província de São Paulo e a platéia paulista: que o Theatro São José fosse aberto ao público. A saída encontrada foi uma inauguração precipitada, antes mesmo da conclusão da obra.

Sobre a inauguração:

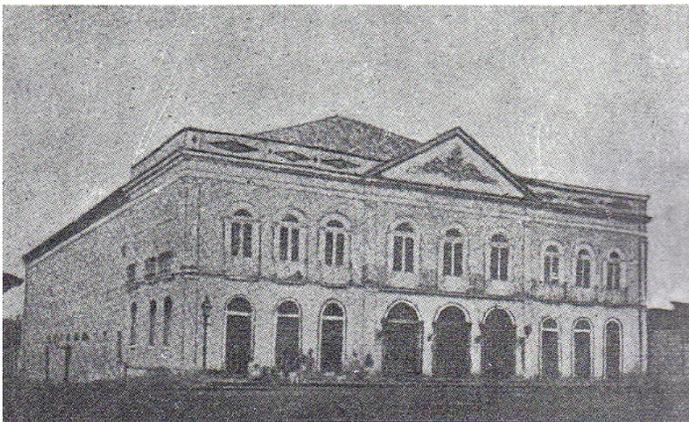
“Embora não acabado, apresentando defeitos estruturais, tais como prosccênio pouco espaçoso, más acomodações para artistas e acústica deficiente, foi o edificio, de vastas proporções, aberto ao público na noite de 4 de setembro de 1864, durante as festas de inauguração até o dia 10.

Era a platéia de chão batido e, por muito tempo, ‘muita gente assistiria espetáculos sentada em cadeiras levadas pelos escravos’”. (AMARAL, 1979, p. 91)

Nas condições descritas o Theatro São José se apresentou diferente do ideal elitizado dos já ditos padrões europeus, aproximava-se mais do que hoje chamaríamos “espaço alternativo” com seu chão rústico e com cadeiras sendo levadas no momento do espetáculo. No entanto, foi festejado por sete dias com toda a pompa que uma obra de grande vulto requeria e frequentado até sua reforma, três anos depois. Até 1867 o teatro permaneceu inadequado para uso, mas, afinal de contas, durante esse período São Paulo tinha um suntuoso teatro, com arquitetura e padrões condizentes, que embora inacabado, estava às vistas dos paulistas, e é claro, do Imperador. Abaixo, fotos do Theatro São José em 1864 e 1867 respectivamente:



(AMARAL, 1979, p. 83)



(AMARAL, 1979, p. 87)

A partir das imagens podemos verificar a diferença nas fachadas da edificação para a inauguração de 1867. Também nessa reforma as paredes do fundo do teatro foram reforçadas, e outros reajustes arquitetônicos foram feitos tornando-o assim, finalmente, o teatro esperado por sua platéia.

A pré-inauguração (ou precipitada inauguração) sugere questionamentos sobre a importância de ter e sustentar um símbolo da elite e para ela, assim como essa classe encontra meios para usufruir desse desejo e necessidade, aqui exemplificado por Antonio Bernardo Quartim, que durante dez anos se beneficiou da construção do Theatro São José, e mesmo inacabado servia para demonstrar um novo padrão de vida da burguesia paulista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao estudar a documentação da ALESP, do AESP e a sociedade paulista em plena expansão da cidade, econômica e populacional, na segunda metade do século XIX, foi possível refletir sobre a influência da classe abastada sobre vários setores.

Tratar sobre a construção de um teatro, um dos símbolos do “Mundo Burguês”, assim denominado por Hobsbawm, tinha como objetivo investigar a influência da elite paulista em seu apogeu cafeicultor como protagonista, coadjuvante e espectador das transformações da cidade. Diversos fatores deram vida ao Theatro São José, a elite retratada compreende os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco, os cafeicultores e os empresários e industriais, que embora com interesses diferenciados sobre a construção do teatro, ambos o queriam como ostentação, seja através do acesso ao lazer, seja como demonstração de requinte e até como meio de fazer negócios. Aqui destaco o protagonista Antonio Bernardo Quartim, com maior destaque nesse estudo devido sua aproximação com a administração política da Província de São Paulo.

Através de documentos trocados entre o empresário e a Província, é possível apontar a transformação de um espaço público cultural em mercadoria para acesso (como platéia) da elite. A documentação emerge a voz da burguesia, então, ficam vários questionamentos, dentre eles, o impacto causado na população de modo geral, seja pela presença de uma edificação de grande porte naquele momento, seja pela movimentação que aquele espaço novo trouxe à cidade. Ou ainda aprofundar o modo como a imprensa noticiava o processo de construção do Theatro São José, aqui apontado com uma breve amostra com a charge do periódico *O Cabrião*.

Outros desdobramentos de pesquisa são possíveis em torno do estudo aqui apresentado. O envolvimento de empresários em obras públicas no período do Império, a

exemplo do próprio Quartim, que foi também responsável pela reforma da Casa da Ópera e do Jardim Público, dentre outros, foi ainda pouco explorado. O Theatro São José possuía uma companhia dramática fixa, há então possibilidade para a investigação sobre o que produziam e apresentavam ao público a fim de revelar o que a elite paulista primava assistir e quem eram os atores dessa companhia. Além disso, o teatro sofreu um incêndio em 1898 e não foi reformado, indicando outras vertentes para pesquisa, como as causas do incêndio e os motivos pelos quais a demolição foi a melhor opção, assim como, quais os espaços de cultura entre o incêndio do Theatro São José, em 1898, e inauguração do Theatro Municipal de São Paulo, em 1911. Desses temas, outros surgem, pois há uma farta documentação a ser explorada, que se encontra disponível tanto no Acervo Histórico da ALESP quanto no AESP.

Enfim, buscamos evidenciar como a construção de um espaço público de cultura, no período de transformação de São Paulo em potência econômica do país, tomou um rumo ligado aos interesses privados da classe abastada da sociedade paulista.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, Antônio Barreto do. **História dos Velhos teatros de São Paulo:** da Casa da Ópera à inauguração do Teatro Municipal. Coleção Paulística. Volume XV – São Paulo: Governo do Estado, 1979.
- ASSUNÇÃO, Paulo de. **São Paulo Imperial:** a cidade em transformação. São Paulo: Arké, 2004.
- BONFIM, Roberto. **Horas Paulistanas.** São Paulo: Tribuna do Direito, 2005. Disponível em: <http://www.tribunadodireito.com.br/2005>. Acesso em: 02.jun.2008.
- BRUNO, Ernani Silva. **História e Tradições da Cidade de São Paulo:** Burgo de Estudantes (1828-1872). 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1991.
- COSTA, Emilia Viotti da. **Da Monarquia à República:** momentos decisivos. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1999.
- DANTAS, Humberto; SADEK, Maria Tereza. **Os Bacharéis em Direito na Reforma do Judiciário:** técnicos ou curiosos? São Paulo: SciELO, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200013&lng=pt&nrm=isso. Acesso em: 03. jun. 2008.
- FAUSTO, Bóris. **História do Brasil.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 1996.
- FREHSE, Fraya. **O tempo das ruas na São Paulo de fins do Império.** São Paulo: EDUSP, 2005.
- KAREPOVS, Dainis. **São Paulo: a imperial cidade e a Assembléia Legislativa Provincial.** São Paulo: Assembléia Legislativa, Divisão do Acervo Histórico, 2006.
- MENEZES, Raimundo de. **Como nasceu o teatro em São Paulo.** Disponível em: <http://www.abril.com.br/especial450/materias/teatro/index.html>. Acesso em: 02 nov. 2007.
- MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo:** de comunidade à metrópole. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1970.
- OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. **Entre a Casa e o Armazém:** relações sociais e experiência da urbanização, 1850 - 1900. São Paulo: Alameda, 2005.
- PRADO JR., Caio. **A cidade de São Paulo: geografia e história.** 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- _____. **Evolução Política do Brasil e Outros Estudos.** 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1963.
- _____. **História Econômica do Brasil.** 28. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- QUARTIM, Yone. **Reminiscências de uma velha:** Maria da Glória Quartim de Moraes (Maricota). S. l.: 1981, S. e. Fontes
- APOSTILA na patente do Capitão Antônio Bernardo Quartim. São Paulo: AESP - C2214, 1855.
- BALANÇO de despesas do Theatro São José. São Paulo: Acervo Histórico da ALESP, S.d.
- CARTA de 7 de abril de 1848, enviada ao cidadão Antônio Bernardo Quartim. São Paulo: AESP - E00545, 1848.
- _____ de 17 de março de 1849, enviada ao Alferes Antônio Bernardo Quartim. São Paulo: AESP - E00545, 1849.
- _____ de 17 de agosto de 1853, enviada ao Tenente Antônio Bernardo Quartim. São Paulo: AESP - E00547, 1853.
- CONTRATO de 16 de Setembro de 1854 referente a construção do Theatro São José. São Paulo: Acervo Histórico da ALESP, 1854.
- CORRESPONDÊNCIA de 10 de Março de 1856 de Antonio Bernardo Quartim destinada a ALESP. São Paulo: Acervo Histórico da ALESP, 1856.
- DECRETO de 2 de Dezembro de 1855 que autoriza a construção do Theatro São José. São Paulo: Typographia, 1855.
- INFORMATIVO do Arquivo Histórico Municipal

Washington Luis - número 10 - janeiro/fevereiro 2007.
_____ do **Arquivo Histórico Municipal**
Washington Luis - número 04 - janeiro/fevereiro 2006.
PARECER de 25 de Janeiro de 1864 de autoria de
Antonio Bernardo Quartim. São Paulo: Acervo Histórico
da ALESP, 1864.
PETIÇÃO de 3 de Março de 1863 de Antonio Bernardo
Quartim destinada a ALESP. São Paulo: Acervo Histórico
da ALESP, 1863.